

MINISTÉRIO DA FAZENDA TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES SEGUNDA CÂMARA

PROCESSO Nº

: 13802.004316/95-58

SESSÃO DE

: 06 de dezembro de 2001

ACÓRDÃO №

: 302-35.026

RECURSO N.º

: 120.169

RECORRENTE

: RIO BRANCO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PAPÉIS

LTDA.

RECORRIDA

DRJ/SÃO PAULO/SP

INEXATIDÃO MATERIAL DECORRENTE DE LAPSO MANIFESTO.

As inexatidões materiais devidas a lapso manifesto existentes na decisão serão retificadas pela Câmara, mediante requerimento da autoridade incumbida da execução do Acórdão (art. 28 da Portaria MF nº 55/98).

RETIFICA-SE A DECISÃO CONTIDA NO ACÓRDÃO 302-34.242.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, retificar a decisão do Acórdão nº 302-34.242, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasilia-DF, em 06 de dezembro de 2001

HENRIQUE PRADO MEGDA

Presidente

MARIA HELENA COTTA CARDOZO

Relatora

2 2 MAR 2002

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO, PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR, LUCIANA PATO PEÇANHA MARTINS (Suplente) e PAULO ROBERTO CUCO ANTUNES. Ausentes os Conselheiros LUIS ANTONIO FLORA e HÉLIO FERNANDO RODRIGUES SILVA.

MINISTÉRIO DA FAZENDA TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES SEGUNDA CÂMARA

RECURSO Nº

: 120.169

ACÓRDÃO Nº

: 302-35.026

RECORRENTE

: RIO BRANCO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PAPÉIS

LTDA.

RECORRIDA

: DRJ/SÃO PAULO/SP

RELATOR(A)

: MARIA HELENA COTTA CARDOZO

RELATÓRIO E VOTO

A autoridade encarregada do cumprimento do Acórdão de fls. 615 a 631 (Delegacia da Receita Federal em São Paulo - SP) vem solicitar esclarecimentos acerca da redução da multa de oficio de 100 para 75%, sobre a parte da exigência mantida por este Conselho de Contribuintes.

A dúvida foi suscitada pelo fato de que, esta providência não está expressa na decisão do Acórdão (folha de rosto), mas apenas no voto desta Conselheira.

Em primeiro lugar, cabe esclarecer que, no presente caso, por voto de qualidade, foi dado provimento parcial ao recurso para excluir *in totum* a exigência expressa no Termo de Verificação nº 2 (formulário contínuo - fls. 440 a 449) e, quanto ao Termo de Verificação nº 1 (papel de fax - fls. 434 a 439), foi mantida a exigência, apenas reduzindo-se a multa de oficio de 100 para 75% (art. 44 da Lei nº 9.430/96).

Assim, voto no sentido de que seja a decisão do Acórdão nº 302-34.242 complementado conforme a seguir:

"ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, pelo voto de qualidade, em dar provimento parcial ao recurso para excluir o crédito tributário referente ao Termo de Verificação nº 2 e, quanto ao Termo de Verificação de n.º 1, reduzir a multa de oficio de 100 para 75%, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Paulo Roberto Cuco Antunes, Luis Antonio Flora, Hélio Fernando Rodrigues Silva e Paulo Affonseca de Barros Faria Júnior que davam provimento integral. Os Conselheiros Paulo Roberto Cuco Antunes e Luis Antonio Flora farão declaração de voto."

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 2001

MARIA HELENA COTTA CARDOZO - Relatora



Processo nº: 13802.004316/95-58

Recurso n.º: 120.169

TERMO DE INTIMAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 2° do artigo 44 do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, fica o Sr. Procurador Representante da Fazenda Nacional junto à 2ª Câmara, intimado a tomar ciência do Acórdão n.º 302-35.026.

Brasília-DF, 22/03/02

Henrique Drada Megda Presidente pa f.º Câmara

MF - 3.º Conselha de Contribulates

Ciente em: 22.3 2007

LEANDOO FELIPE BUFON

PROCURDOR DA FOZENDA NACIONAL